

Chiarelli prevê 11 anos para votar decretos-leis

Se o Congresso Nacional cumprir seu regimento interno poderá gastar 11 anos ou 336 sessões para apreciar e votar os 119 decretos-leis em tramitação na casa. A previsão é do senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), que se reúne hoje com as demais lideranças partidárias na expectativa de fechar um acordo que permita, em esforço concentrado, a votação dos decretos, entre os quais o que congelou a URP, o que instituiu o trileão, a complementação de verbas do orçamento da União e a extinção do Incra.

"A burocracia será um empecilho ao acordo", advertiu Chiarelli, ao revelar que dos 119 decretos, 96 estão lidos mas apenas um (que altera a legislação do IR para as pessoas físicas) recebeu parecer oral, além de 23 aguardarem na fila para leitura em plenário. Lido, o decreto aguarda por 20 dias o parecer do relator (exigência regimental) e mais 40 dias para ser incluído na pauta, apreciado e levado à votação. Sem decisão, será colocado na ordem do dia, em dez consecutivas sessões (com **quorum**) e somente depois será aprovado por decurso de prazo.

Além disto, prosseguiu o senador, em cada sessão de 4 horas de duração, sessenta minutos são reservados ao pinga-fogo, 160 aos encaminhamentos (5 contra e 5 a favor), 60 às lideranças e ao relator. Segundo cálculos de Chiarelli, seriam precisos 336 sessões e como o Congresso normalmente não consegue, realizar 12 sessões por semestre, seriam necessários quase 11 anos de trabalhos para concluir toda a apreciação dos decretos-presidenciais.

As assessorias técnicas dos partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B) concluíram, ontem, uma avaliação preliminar sobre os decretos-leis que tramitam em regime de urgência no Congresso. Segundo o relatório, as esquerdas consideram algumas matérias inegociáveis e avisam que lutarão pela rejeição dos seguintes decretos: trileão, extinção do Incra, adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, alteração do IR, e congelamento da URP. Caso seja fechado um acordo na reunião de logo mais, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, deseja convocar uma sessão amanhã. (Marco Antônio Maurício)



Chiarelli quer esforço concentrado para resolver situação

DECRETOS-LEIS

DO PRESIDENTE FIGUEIREDO

ANO	TOTAL	APROVADOS			REJEITADOS
		VOTO	DECURSO	PRAZO	
1979	77 (1680 a 1756)	76		1	-
1980	91 (1757 a 1847)	73		18	-
1981	68 (1848 a 1915)	64		4	-
1982	85 (1916 a 2000)	65		20	-
1983	103 (2001 a 2103)	72		24	7
1984	111 (2104 a 2214)	53		57	1
1985	58 (2215 a 2272)	-		58	-
	593	403		182	8

DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

1985	8 (2273 a 2280)	-		8	-
1986	38 (2281 a 2318)	2(3)		36	-
1987	87 (2319 a 2405)	-		16	-
1988	48 (2406 a 2453)	-		-	-
	181	2		60	-

Ulysses tenta o entendimento

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, pretende defender junto aos líderes a proposta de incluir e aprovar uma norma nas Disposições Transitórias que assegurem prazo específico para que o Congresso Nacional aprecie e delibere sobre os decretos-leis pendentes. Pelo texto aprovado em primeiro turno, os decretos em tramitação seriam rejeitados e anulados. Nesta hipótese, o senador Marcondes Gadelha (foto), líder do Governo, adverte que o País viverá «um impasse institucional», ficando o Governo impossibilitado de saldar compromissos assumidos.



Compromissos

Gadelha, citando o decreto de complementação de verbas do Orçamento da União, frisou que sem a aprovação desta medida, os órgãos federais (Câmara, Senado e Ministério do Exército, por exemplo) não terão como enfrentar as dívidas e compromissos previstos em uma estimativa inflacionária de 160%, quando a realidade já aponta 300%. «Será um verdadeiro caos jurídico», completou, avisando que o Governo perseguirá o acordo, «mesmo sabendo que terá que ceder em alguns pontos».

O líder do Governo, no entanto, recebeu sem entusiasmo a proposta de abertura de prazo após a promulgação da nova Carta para apreciação dos decretos, sugerida pelo deputado Ulysses Guimarães. «O Congresso deve cumprir seu papel e dividir as responsabilidades com o Governo Federal», apelou Gadelha ao garantir que o Planalto não pretende negociar sobre o congelamento da URP, o trileão e a extinção do Incra coincidentemente, pontos selecionados na lista de supressão dos partidos de esquerda. (M.A.M.)